

O PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA GRUTA, AMERICANA, SP – PERCEPÇÃO AMBIENTAL E SUA INTERFERÊNCIA NA GESTÃO DE ÁREAS DE PROTEÇÃO

Balan, Doralice Souza Luro

* Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” – Faculdade de Tecnologia de Americana- Fatec Americana
dbalan@fatec.edu.br

RESUMO

Os parques urbanos tendem a assumir um papel sócio-ambiental ativo, atenuando o desconforto da população citadina e proporcionando lazer e recreação. Os projetos ambientais cosmopolitas tem priorizado o aumento das áreas verdes protegidas dos municípios. Na cidade de Americana – SP o Parque Natural Municipal da Gruta com 490.925,00 m² é rico em nascentes, cachoeiras. Possui expressão histórica como local turístico, influencia na recarga do manancial hídrico e atua na boa qualidade do ar na região. Manter ou melhorar a qualidade dos parques existentes requer uma gestão com monitoramento contínuo e comprometimento do setor público e dos cidadãos. Como grande aliada instrumental para as questões ambientais encontramos a fotografia, que mostra-se uma ferramenta de leitura e, indo além do simples registro visual, passa a ser um registro científico. Sua leitura deriva em uma percepção ambiental, podendo ser utilizada para avaliar a degradação de uma determinada região. O presente trabalho teve como principais objetivos investir na coleta de dados de algumas informações visuais e propor a utilização dos resultados na gestão ambiental da área de proteção. Foi evidenciada a degradação do meio ambiente do Parque que deve levar a políticas públicas educativas e ações para proteção, conservação e mitigação de impactos que pressionam a área. O Parque da Gruta apresenta, no momento, inúmeras dificuldades de conservação e urgente necessidade de um plano de gestão ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: percepção ambiental, parque natural, Unidade de Conservação

INTRODUÇÃO

Os parques urbanos exercem expressivo papel frente à população das cidades; no atual cenário sócio-ambiental atenuam o stress do cotidiano e proporcionam significantes alternativas de lazer e recreação.

As pesquisas nestas Unidades de Conservação (UCs) oferecem um relevante aporte de dados, permitindo um trabalho sustentável de gestão nas áreas de proteção existentes. É vital, manter ou melhorar a qualidade dos parques e outras áreas de conservação, e isso requer estudos contínuos como ferramenta de gestão ambiental (Oliveira e Bitar, 2009).

A área estudada neste trabalho possui 490.925,00 m² e situa-se no município de Americana, SP, Brasil. É oficialmente denominado Parque Natural Municipal da Gruta, chamado popularmente de “Gruta Dainese”. Possui em seu interior cinco nascentes que formam um córrego que constitui-se em um afluente que desemboca diretamente no Rio Piracicaba. Este corpo d’água é um importante constituinte de bacia hidrográfica paulista, significativo manancial no abastecimento hídrico das cidades da região metropolitana de Campinas, SP. Há ainda sete cachoeiras, cujas quedas variam de 5 a 18 metros de altura (Gotardi, 2009).

Como o maior parque natural urbano do município (Figura 1). Possui expressão histórica como local turístico e por influenciar na recarga do manancial hídrico, controlar enchentes e atuar na boa qualidade do ar na região. Sua abrangência estende-se por seis bairros do município, a população no entorno da área é de aproximadamente 38.000 habitantes ou seja 18% dos munícipes (Santarosa, 2010).

Na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (2000) os parques urbanos tem função de preservação da biodiversidade para o bem coletivo sendo *locus* de preservação ambiental e contemplação. Sua implementação e manutenção necessitam de instrumentos de gestão, envolvendo a participação da sociedade civil com um amplo debate, conscientização e organização.

As discussões mundiais sobre o meio ambiente, desde a década de 1970, inseriram as questões ambientais nas políticas públicas no Brasil. A criação e aprimoramento do aparato legal que viabilizou a política ambiental brasileira tem características descentralizadas, que responsabiliza hierarquicamente a União, Estados e Municípios pela gestão ambiental. A participação da sociedade civil organizada também é recomendada pela legislação ambiental no Brasil.

É nesse contexto que o poder público local deve planejar suas ações de gestão, que devem estar alinhadas à União e ao Estado, respeitar os princípios do desenvolvimento sustentável e incorporar a sociedade nas tomadas de decisão para

uma gestão municipal compartilhada do meio ambiente (Resolução Conama 237/1997; Lei Complementar 140 de 2011).



Figura 1 – Vista aérea Parque da Gruta (Google maps, 2013)

Na definição de Coimbra (1985) o meio ambiente é o conjunto dos elementos físico-químicos, ecossistemas naturais e sociais em que se insere o Homem, individual e socialmente. Tudo deve ocorrer num processo de interação que atenda ao desenvolvimento das atividades humanas, à preservação dos recursos naturais e respeito as características essenciais do entorno.

Para o planejamento de áreas verdes no meio urbano, é preciso considerar também os aspectos culturais e históricos locais, aliados às diversas atividades (indústria, comércio e habitação), além da composição física natural da região (Angelis e Angelis, 2001).

Como grande aliada instrumental para as questões ambientais e UCs encontramos a fotografia, que mostra-se uma ferramenta de leitura e, vai muito além do simples registro visual, passando a ser um registro científico. Desde a definição dos objetivos e da metodologia de estudos até a coleta, análise e divulgação dos dados obtidos. A fotografia é uma linguagem universal, constituída de leitura livre, sem normas e formalismos. “É uma cópia visual, é uma verdade com autoria” (Monteiro, 2004).

A fotografia e suas ramificações situa-se como elemento documental qualificado a ser utilizado nos diversos processos indutores à percepção e educação ambiental, conhecimento e reconhecimento dos espaços e seus atores, sendo ainda importante instrumento de leitura, constatação e de crítica. É ferramenta de análise adequada às multifacetadas questões relacionadas com o meio ambiente (Monteiro 2004).

A percepção ambiental pode ser utilizada para avaliar a degradação ambiental de uma determinada região. Pondere-se que existem dois tipos de percepção: a percepção visual, que são as atitudes que não consideram as consequências, e a percepção informacional, que são as ações refletidas (Rodrigues e cols., 2012).

Desde 2010 o Plano Diretor Municipal de Americana tem-se registros de intenções de ação de gestão no Parque da Gruta. Em 2012 foi proposta a organização de um núcleo de educação ambiental, teatro de arena, ciclovia, praças, pistas de caminhada, praça de alimentação, edifício de administração e estação de ginástica, sem contudo se efetivar o planejamento (Liberal, 2014; Ferreira, 2015).

Muita descontinuidade de projetos e ações públicas ocorreram na cidade entre 2010 e 2015.

A partir de 2013 uma parceria de estudos entre a Prefeitura Municipal e a Faculdade de Tecnologia de Americana, inicia uma série conjunta de pesquisas na área, com equipes multiprofissionais (biólogos, engenheiros, economistas, administradores, tecnólogos em gestão e outros).

A CENPEC (2005) avalia a descontinuidade administrativa como entrave ao desenvolvimento de políticas públicas sociais ou de juventude, ao planejamento de sistemas de informação, à reforma administrativa ou ainda impõe desafios na promoção do desenvolvimento sustentável. A descontinuidade, fenômeno muito presente na realidade brasileira, ostenta planos e decisões que são adiadas ou alternativas de políticas descartadas, simplesmente porque eram da “outra gestão”.

O presente trabalho teve como principais objetivos: a) investir na coleta de dados de algumas informações visuais, para posterior formação adequada de um banco de imagens de ambientes naturais do município alicerçadas em metodologia da fotografia aplicada; b) promover a interação do pesquisador com o ambiente natural e as atividades antrópicas no Parque da Gruta; c) propor a utilização dos resultados na gestão ambiental da área de proteção.

METODOLOGIA

A metodologia empregada tem como base a visita *in loco*, registrando imagens num espaço de reconhecimento desde 1,5 metros até 30 metros, com câmera fotográfica digital Nikon P 510 NIKKOR 42X.

Os registros foram captados de setembro 2013 a novembro de 2014.

Nesta metodologia além dos requisitos técnicos e tipos de câmeras, o fotógrafo deve dar especial atenção aos assuntos a serem fotografados, às informações sobre seu ambiente natural, às condições climáticas predominantes na geografia da região, à geomorfologia conjuntamente com as características zoo e fitogeográficas, entre outras (Monteiro, 2004).

O banco de imagens esta armazenado em álbum web de ampla consulta e, sendo também objeto de um e-book gratuito e de conteúdo aberto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É importante registrar a preocupação dos pesquisadores com a degradação perceptível no Parque da Gruta, conforme ficou demonstrado nas imagens que fazem parte do arquivo fotográfico organizado num Banco de Dados, reunido pela autora: O Projeto Parques (2015), e- book em fase de fechamento.

As fotografias resultantes deste estudo fazem parte de um web álbum mantido pela autora e disponibilizado à comunidade externa (Balan, 2015).

Os levantamentos “*in loco*”, tiveram o objetivo de diagnosticar as carências de infra-estrutura, ocupação do solo, a cobertura vegetal e águas superficiais.

Os resultados do estudo evidenciam por imagem, o mau estado do Parque mostrando a ausência de planejamento e gestão, apontando para a forte necessidade de medidas corretivas, mitigatórias e preventivas.

O levantamento fotográfico mostrou impactos ambientais provocados por ausência de equipamentos de lazer, trilhas clandestinas, desmatamento, despejo de esgoto clandestino, deposição de lixo e ocupação habitacional irregular (Balan, 2015).

Estas percepções ambientais à partir das fotos realizadas entre de setembro de 2013 e novembro de 2014, estão em conformidade com numerosas publicações impressas e digitais dos últimos anos sobre o Parque da Gruta.

O município iniciou a inserção de alambrados externos em 2010, mas estes se mantiveram apenas na avenida principal, onde se observa uma visão mais ampla do parque.

Podemos inferir uma relação de manutenção de aparência apenas frontal e camuflada, pois que nas ruas laterais o lixo é depositado nas margens do parque, como foi possível verificar nas fotos registradas.

As imagens fotográficas captadas pela autora em 2013-2014 e a percepção ambiental a partir delas são confirmadas por Ferreira (2015), quando um levantamento elaborado pela Secretaria de Meio Ambiente apontou que a “Gruta Dainese” tem atualmente ao menos quatro pontos de descarte irregular de esgoto. A área ainda sofre com processos de erosão, no entorno de sete galerias de águas pluviais.

Há grande diversidade de opiniões em relação ao Parque da Gruta, já que do ponto de vista social este só tem gerado problemas à população, que aguarda pelo cercamento, calçamento e vigilância para que possa fazer o uso adequado da área (O Liberal, 2014).

O descaso do serviço público e da própria população do entorno, implica em que o parque seja visto como área de refúgio para marginais e não como uma dádiva e benefício.

O registro fotográfico de áreas incendiadas puderam ser encontrados na fotos tiradas pela autora; em 2014 um incêndio de grandes proporções destruiu um vale com árvores e minas d’água na “Gruta Dainese”. Foi estimada que a área devastada atingiu 82,5 mil metros quadrados (Belenize e Campos, 2014).

A dificuldade de alocar recursos financeiros para a elaboração e implantação de um plano de manejo é conhecida na cidade (Liberal, 2014).

Um parque urbano por ter seus objetivos fixados por legislação, deve ser administrado como uma organização de ampla dimensão: ambiental, social, econômica, recreativa e cultural, sempre considerando uma pluralidade de atores envolvidos.

A fotografia é importante instrumento de leitura, constatação e de crítica, referentes às multifacetadas questões relacionadas com o meio ambiente.

A preocupação com a degradação ambiental deve levar a políticas públicas educativas e ações para proteção, conservação e mitigação de impactos, para a construção da sustentabilidade do local.

Como preconiza o referencial de Metas de Sustentabilidade para Municípios Brasileiros (SERN SP, 2012), é vital reforçar a cooperação regional, nacional e internacional de cidades e desenvolver em parceria as respostas locais para problemas globais com governos, comunidades organizadas e demais atores relevantes.

Como descreve Angelis e Angelis (2001) várias vantagens são oferecidas por vastas áreas de cobertura vegetal, como a Unidade de Conservação Parque Natural Municipal da Gruta, pois possuem inúmeras vantagens como: servem de barreira e obstáculo contra os ventos, protegem a qualidade da água e as nascentes, reduzem particulados no ar e propiciam a interação entre as atividades humanas e o meio ambiente.

Os parques urbanos e naturais também promovem a valorização visual e ornamental das cidades, minimizam a radiação solar no ambiente urbano e contribuem na ruptura da monotonia da paisagem das cidades, causada pelos grandes complexos de edificações prediais.

O Parque da Gruta apresenta, no momento, inúmeras dificuldades de conservação e ausência de gestão.

Somente a aproximação de caráter participativo e as alianças civil-públicas, apoiadas por diagnósticos de pesquisa científica, conseguirá efetivar ações concretas e reais de melhorias na conservação sustentável do parque.

Cumpra aqui relatar que as condições gerais do Parque ainda não atendem o preconizado pelo SNUC (2000): [..... “as Unidades de Conservação conciliam a proteção da fauna, da flora e dos atrativos naturais com a exploração de seus recursos para fins científicos, educacionais, recreativos e turísticos. Dessa forma, constituem uma importante ferramenta para a integração entre homem e natureza”].

Como área de proteção integral não há estrutura para visitação pública, não estão presentes servidores ou técnicos para conservação e segurança, não havendo do mesmo modo um Conselho Gestor.

CONCLUSÃO

A análise de percepção através de fotografias, permitiu destacar e interpretar o processo de degradação ambiental, evidenciando a atual omissão dos órgãos públicos encarregados do monitoramento e gestão dos parques no município.

A descontinuidade administrativa, ou o rompimento de atividades e programas na troca de governos e autoridades especialmente estaduais e municipais, impacta significativamente as questões ambientais e notadamente no Parque da Gruta.

Como recomendação para trabalhos futuros, sugere-se a continuidade de estudos, a realização de visitas práticas com um corpo profissional e a elaboração de um diagnóstico com determinação de indicadores de risco ecológico, principalmente referente ao solo e águas superficiais.

É necessário o surgimento urgente de esforços educativos e a identificação de estratégias e ações imediatas para a proteção, conservação e sustentabilidade da área do Parque Natural Municipal da Gruta.

A parceria entre os pesquisadores e agentes sociais públicos e privados para gerir o meio ambiente, é uma solução concreta e efetiva de realização participativa. Este modelo de gestão precisa ser construído e implementado.

Este presente trabalho representa a divulgação científica e sua aplicabilidade nos parques urbanos municipais de Americana, SP, onde o conhecimento deve ocupar lugar de para o exercício da cidadania plena no cuidado com o bem coletivo.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. Angelis, B. L. D. de & Angelis Neto G. de. Maringá e suas praças-tempo e história. In. Boletim de Geografia. Ano 19, n.º 1, Maringá, 2001, pp.129-147.
2. Balan, D.S.L. Disponível em <https://www.facebook.com/Fotos-do-Parque-Natural-Municipal-da-Gruta-Americana-SP-833053363469172/timeline/> Data: 11 de março 2015.
3. Belezine, F. e Campos, C. Disponível em http://portal.tododia.uol.com.br/_conteudo/2014/08/cidades/39026-bombeiros-confirmam-alta-de-ocorrencias.php. Data 10 de agosto de 2015.
4. CENPEC. São Paulo: desafios da agenda social. São Paulo. 2005. Disponível em: http://www.cenpec.org.br/nt_04.php. Data: 02 dezembro 2014.
5. Coimbra, J. A. A. O outro lado do meio ambiente. São Paulo: Cetesb, 1985.
6. Ferreira, J. Disponível em http://liberal.com.br/noticia/687D755A6BE-gruta_tem_quatro_pontos_de_despejo Data: 18 de julho 2015.
7. Google maps Disponível em <https://maps.google.com.br>, Data 06 agosto 2013.
8. Gotardi, K. Parques – experiências. Encontro águas e Florestas. Bragança Paulista, dez. 2009.
9. Liberal . Disponível em www.liberal.com.br/.../5224A92D268-tribunal_rejeita_conta_e_multa_d. Data: 14 jun 2014
10. Monteiro, M. B. Projeto Bios: a fotografia como elemento de percepção. Visão e interferência nas questões ambientais. Revista Em questão, Porto Alegre, v.10, n.2, p. 359-372, jul/dez. 2004.
11. Oliveira, P. T. S. B. e Bitar, O. Y. - Indicadores ambientais para o monitoramento de parques urbanos. Interfacehs, 2009.
12. Rodrigues, M. e colaboradores. A Percepção Ambiental Como Instrumento de Apoio na Gestão e na Formulação de Políticas Públicas Saúde Soc. São Paulo, v.21, supl.3, p.96-110, 2012.
13. Santarosa, J. Relatório Secretaria do Meio Ambiente, Prefeitura Municipal de Americana, 2010.
14. SERN SP .<http://www.cidadessustentaveis.org.br/downloads/publicacoes/publicacao-metas-de-sustentabilidade-municipios-brasileiros.pdf> 2012 Data: 02 de julho de 2015.
15. SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação . Lei no. 9.985, de 2000, Brasil.